

NAVIO-PATRULHA BABITONGA

Termo de Referência 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	785107-NAVIO-PATRULHA BABITONGA	GABRIEL MATHEUS DO ESPIRITO SANTO	29/06/2026 18:43 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	31/2026	63198.000164/2026-34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63198.000164/2026-34)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço com fornecimento de sobressalentes originais para revisão geral (*Heavy Overhaul*) do motor de combustão principal (MCP) de boreste (BE), modelo *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*, e instalação do eixo de manivelas fornecido pela Contratante nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LIMPEZA QUÍMICA GERAL DO BLOCO DO MOTOR.	2321	SV	1	R\$6.300,00	R\$6.300,00
2	SERVIÇO DE ALINHAMENTO DO BLOCO DE CILINDROS, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE MANCAIS (MÓVEIS, FIXOS, CENTRAIS E VOLANTE) E JUNTAS DAS TAMPAS DO BLOCO.	2321	SV	1	R\$282.237,00	R\$282.237,00
	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, AJUSTE E ALINHAMENTO DO EIXO DE MANIVELAS (PEÇA					

3	FORNECIDA PELA CONTRATANTE / MARINHA DO BRASIL).	2321	SV	1	R\$60.000,00	R\$60.000,00
4	SERVIÇO DE PROJEÇÃO DAS CAMISAS, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CAMISAS DE CILINDRO E ANÉIS O-RING.	2321	SV	1	R\$102.864,00	R\$102.864,00
5	DESMONTAGEM, INSPEÇÃO E MONTAGEM DE CABEÇOTES E VÁLVULAS, COM FORNECIMENTO DE VÁLVULAS, GUIAS, SEDES, COMPONENTES DE BALANCINS, MOLAS E JUNTAS ASSOCIADAS.	2321	SV	1	R\$ 430.468,00	R\$ 430.468,00
6	DESMONTAGEM, INSPEÇÃO E MONTAGEM DE ÊMBOLOS E BIELAS, COM FORNECIMENTO DE ANÉIS DE SEGMENTO, ÊMBOLOS, CONECTORAS E PARAFUSOS.	2321	SV	1	R\$ 249.402,00	R\$ 249.402,00
7	DESMONTAGEM, INSPEÇÃO E MONTAGEM DO COMANDO DE VÁLVULAS, COM FORNECIMENTO DE CORRENTE, BUCHAS E JUNTAS.	2321	SV	1	R\$ 44.961,00	R\$ 44.961,00
8	MONTAGEM DE COLETORES E FECHAMENTO DO BLOCO /CARTER, COM FORNECIMENTO DE JUNTAS, PARAFUSOS DO DAMPER, MANGOTES E ABRAÇADEIRAS	2321	SV	1	R\$ 97.081,00	R\$ 97.081,00
9	REPARO NO TURBO COMPRESSOR, COM FORNECIMENTO DE JUNTA DO TUBO DE RETORNO.	2321	SV	1	R\$69.363,00	R\$69.363,00
10	REPARO NO DISTRIBUIDOR DE AR DE PARTIDA.	2321	SV	1	R\$19.140,00	R\$19.140,00
11	REPARO NAS VÁLVULAS DE AR DE PARTIDA, COM FORNECIMENTO DE VÁLVULAS NOVAS.	2321	SV	1	R\$28.549,00	R\$28.549,00
12	REPARO NO REGULADOR DE VELOCIDADE, COM FORNECIMENTO DE ENGRENAGEM E PINHÃO.	2321	SV	1	R\$91.946,00	R\$91.946,00

13	REPARO NO SISTEMA DE SOBREVELOCIDADE (OVERSPEED).	2321	SV	1	R\$12.260,00	R\$12.260,00
14	REPARO NO RACK DE ACIONAMENTO DAS BOMBAS INJETORAS, COM FORNECIMENTO DE TUCHOS E O-RINGS.	2321	SV	1	R\$98.796,00	R\$98.796,00
15	REPARO NA BOMBA DE COMBUSTÍVEL, COM FORNECIMENTO DE FILTROS, SELOS, MANCAIS E ENGRENAGENS.	2321	SV	1	R\$21.972,00	R\$21.972,00
16	LIMPEZA QUÍMICA NO RESFRIADOR DE ÓLEO LUBRIFICANTE.	2321	SV	1	R\$12.450,00	R\$12.450,00
17	CHEMICAL FLUSHING NO SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE FILTROS DE ÓLEO.	2321	SV	1	R\$28.515,00	R\$28.515,00
18	REPARO NA BOMBA DE ÓLEO LUBRIFICANTE, COM FORNECIMENTO DE VÁLVULAS, ENGRENAGENS E BUCHAS.	2321	SV	1	R\$46.836,00	R\$46.836,00
19	LIMPEZA QUÍMICA NO RESFRIADOR DE ÁGUA.	2321	SV	1	R\$11.790,00	R\$11.790,00
20	REPARO NA BOMBA DE ÁGUA DOCE, COM FORNECIMENTO DE SELO, MANCAL, RETENTOR E IMPELIDOR.	2321	SV	1	R\$29.152,00	R\$29.152,00
21	REPARO NA BOMBA DE ÁGUA SALGADA, COM FORNECIMENTO DE SELO, MANCAL, RETENTOR E IMPELIDOR.	2321	SV	1	R\$28.828,00	R\$28.828,00
22	ALINHAMENTO MOTOR /REDUTORA.	2321	SV	1	R\$16.660,00	R\$16.660,00
23	EMIÇÃO DE RELATÓRIO FINAL.	2321	SV	1	R\$2.430,00	R\$2.430,00
	TOTAL					R\$1.792.000,00

VALOR TOTAL DO ORÇAMENTOS DE PEÇAS E SERVIÇOS: R\$ 1.792.000,00.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de serviços de engenharia comum, pois segue procedimentos padronizados de manutenção, amplamente disponíveis no mercado, com etapas, métodos e insumos claramente especificáveis. Não demanda solução técnica singular, permitindo plena descrição no TR e enquadramento no rito de pregão, nos termos da Lei 14.133/2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000201/2026 ;
- II. Data de publicação no PNCP: 24/03/2026 ;
- III. Id do item no PCA: 1;
- IV. Classe/Grupo: 871 - Serviços de manutenção e reparo de produtos fabricados de metal, maquinaria e equipamentos; e
- V. Identificador da Futura Contratação: 785107-24/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo A deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os requisitos mínimos estabelecidos com base no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*, especialmente considerando as particularidades dos serviços de revisão geral (*Heavy Overhaul*) no motor de combustão principal de boreste (MCP BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine* e instalação do eixo de manivelas incluindo:

a) Gestão ambiental adequada de resíduos oleosos provenientes das intervenções no motor, tais como óleo lubrificante usado, borras, panos contaminados, filtros de óleo e combustível, garantindo coleta, armazenamento temporário, transporte e destinação final conforme a legislação ambiental vigente.

b) Descarte correto de filtros metálicos, cartuchos e componentes substituídos (como juntas, anéis, injetores e tubulações), priorizando a segregação de materiais recicláveis e a entrega a empresas licenciadas para reaproveitamento ou reciclagem, quando tecnicamente possível. Ressalva-se que itens passíveis de controle patrimonial deverão ser obrigatoriamente recolhidos e devolvidos à Administração Naval, sendo expressamente vedada a sua destinação como sucata pela contratada;

c) Controle e contenção de vazamentos, devendo a contratada adotar barreiras, bandejas de contenção e absorventes próprios durante intervenções no sistema de lubrificação, alimentação de combustível e arrefecimento do motor de combustão principal de boreste (MCP de BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*, prevenindo contaminação da água ou da área de operação.

d) Uso racional de produtos químicos e insumos, incluindo desengraxantes, solventes, agentes de limpeza e fluidos técnicos, priorizando substâncias de menor impacto ambiental sempre que compatíveis com as exigências de manutenção desse modelo de motor.

e) Eficiência energética e redução de emissões, estimulando práticas de manutenção que contribuam para melhor desempenho do motor de combustão principal de boreste (MCP de BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine* após a intervenção, como calibração adequada, regulagem fina de queima e inspeção dos sistemas de admissão e exaustão, promovendo menor consumo de combustível e redução de poluentes.

f) Comprovação da regularidade ambiental da empresa executora, incluindo licenciamento aplicável para manipulação e transporte de resíduos classe I (perigosos), quando envolvido óleo lubrificante, combustível ou substâncias correlatas.

g) Rastreabilidade total dos resíduos gerados, devendo a contratada fornecer, quando solicitado, documentação comprobatória da destinação final de todos os resíduos provenientes das intervenções, incluindo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou documento equivalente.

h) Treinamento e capacitação da equipe técnica, garantindo que os profissionais responsáveis pelos serviços no motor de combustão principal de boreste (MCP de BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine* possuam formação específica quanto a práticas sustentáveis, manipulação segura de resíduos oleosos, prevenção de riscos ambientais e atendimento às normas técnicas pertinentes ao setor naval.

Subcontratação

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 O cronograma de execução dos serviços será definido entre o Fiscal do Contrato e o representante técnico da contratada, mediante reunião de alinhamento de execução.

5.1.2.2 Após o recebimento da Nota de Empenho, a contratada deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato uma relação contendo o nome, RG e CPF de seus funcionários, bem como a relação dos veículos (modelo e placa) que serão utilizados na execução dos serviços, de modo que possam ser providenciados os respectivos cartões de acesso. Deverão ser encaminhados, também, cópias dos seguintes documentos dos funcionários: RG, CPF, CNH (quando aplicável), carteira de trabalho e certidão de antecedentes criminais com validade de 90 (noventa) dias.

5.1.2.3 O prazo da contratada para o encaminhamento das relações de funcionários e veículos, bem como das cópias discriminadas no subitem anterior é de 3 (três) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.1.2.4 A emissão da Nota Fiscal deverá ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços.

5.1.2.5 A execução dos serviços será iniciada sempre após a emissão da Nota de Empenho por parte da contratante à contratada, cujas etapas observarão o seguinte cronograma:

5.1.2.5.1 O prazo máximo para iniciar a execução do serviço se dará conforme disposto no subitem 5.1.1 deste TR;

5.1.2.5.2 A conclusão formal de um serviço se concretizará mediante à certificação (pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto) da Nota Fiscal emitida pela contratada;

5.1.2.5.3 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, além de constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

5.1.2.5.4 Para efeito de recebimento provisório, o Fiscal do Contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, analisará o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos. Essa análise poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, fato que deverá ser registrado em relatório e encaminhado ao Gestor do Contrato;

5.1.2.5.5 A contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.1.2.5.6 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes operacionais (testes no cais e no mar) e à entrega dos relatórios técnicos exigíveis;

5.1.2.5.7 A aprovação da medição prévia apresentada pela contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

5.1.2.5.8 No prazo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços;

5.1.2.5.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, e não a exime, em qualquer época, do cumprimento das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas contratualmente e por força das disposições legais em vigor; e

5.1.2.5.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Almirante Maximiano da Fonseca, 2000 - Rio Grande - Rio Grande do Sul, a bordo do Navio-Patrolha Babitonga (P63);

5.3 Os serviços poderão ser prestados nos seguintes horários: das 08h às 16h, de segunda-feira a sábado.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas descritas abaixo, assegurando padronização, rastreabilidade e conformidade técnica em todas as fases da manutenção do motor de combustão principal de boreste (MCP de BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*, incluindo a instalação do eixo de manivelas fornecido pelo Contratante. As rotinas devem contemplar, no mínimo:

a) Rotina de Mobilização e Preparação da Área de Trabalho

- Inspeção inicial da área, organização do ferramental e verificação de condições de segurança; e
- Adoção de barreiras de contenção e EPIs específicos para manipulação de óleo e componentes mecânicos.

b) Rotina de Conferência de Peças, Componentes e Ferramentas Especiais

- Recebimento formal, mediante termo de cautela, do eixo de manivelas novo fornecido pelo Navio;
- Checagem dimensional das peças do motor de combustão principal de boreste (MCP de BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine* fornecidos pela Contratada;
- Realização de inspeção visual e dimensional rigorosa do novo eixo de manivelas antes da instalação, confrontando as medidas com as tolerâncias nominais do manual do fabricante para validar a integridade da peça recebida;
- Registro fotográfico de componentes novos, retificados ou recuperados; e
- Identificação e segregação de peças não conformes.

c) Rotina de Manutenção do motor de combustão principal de boreste (MCP de BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*

- Desmontagem do bloco do motor, remoção de componentes avariados e instalação do novo eixo de manivelas;

- Inspeção dos sistemas de combustão, lubrificação e arrefecimento;
- Limpeza de trocadores de calor, substituição de filtros e juntas; e
- Regulagem de injeção e verificação de parâmetros operacionais.

d) Rotina de Segurança Ambiental (Resíduos, Óleos, Solventes e Vazamentos)

- Coleta, segregação e armazenamento temporário de resíduos oleosos;
- Prevenção de vazamentos com bandejas de contenção e absorventes; e
- Entrega dos resíduos à empresa licenciada, conforme Guia de Contratações Sustentáveis.

e) Rotina de Testes Funcionais, Partida e Comissionamento

- Execução obrigatória do teste de defletometria do eixo de manivelas após a montagem final e acoplamento, visando garantir o perfeito alinhamento entre os mancais e a linha de eixo, conforme os limites de deflexão estipulados pela *B&W Man Ruston*;
- Testes de pressão, estanqueidade e alinhamento da linha de eixo;
- Rodagem assistida do motor e análise de vibração/temperatura/pressões; e
- Ajustes finais e registro de todos os parâmetros aferidos.

f) Rotina de Registros, Relatórios e Entrega Técnica

- Emissão de relatórios de execução, listas de peças instaladas e certificados de garantia;
- Preenchimento das folhas de torque e diagramas utilizados; e
- Entrega de relatório final consolidado para aceite da Administração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. O objeto consiste na revisão geral (*Heavy Overhaul*) do motor de combustão principal de boreste (MCP BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*, com fornecimento de sobressalentes pela contratada e instalação do eixo de manivelas fornecido pela contratante, incluindo intervenções mecânicas, medições, testes funcionais e comissionamento final.

5.4.2. Os serviços deverão ser realizados em ambiente naval, considerando restrições de espaço, segurança de máquinas e interferência com outros sistemas de bordo, o que demanda mão de obra qualificada, ferramental específico e planejamento detalhado.

5.4.3. O dimensionamento da proposta deve considerar custos com materiais de consumo, EPIs, ferramental especial, transporte de equipamentos, contenção ambiental, descarte de resíduos oleosos e emissão de relatórios técnicos, conforme exigências normativas e ambientais vigentes.

5.5. Especificação da garantia do serviço

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de **no mínimo 12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, abrangendo a mão de obra, as peças instaladas e a correção de eventuais falhas decorrentes da execução inadequada dos serviços, sem qualquer ônus para a contratante. Ressalta-se que, no tocante ao eixo de manivelas (material fornecido pelo navio), a garantia da contratada restringe-se exclusivamente à qualidade e adequação técnica dos serviços de instalação.

5.6. Uniformes

5.6.1 Os uniformes e equipamentos de proteção individual a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser adequados às atividades de manutenção mecânica naval, incluindo proteção contra óleo, graxa, calor, ruído e riscos associados a ambientes confinados, sem qualquer repasse de custo ao empregado, observando:

5.6.2. O uniforme deverá compreender, no mínimo:

- 5.6.2.1 Macacão ou conjunto de camisa de manga longa e calça com tratamento antichama ou retardante de chamas;
- 5.6.2.2 2 (dois) conjuntos completos entregues no início do contrato, com substituição de um 1 (um) conjunto a cada 6 (seis) meses ou sempre que constatado desgaste que prejudique a segurança e a proteção;
- 5.6.2.3 Botas de segurança com certificado de aprovação (CA) vigente; e
- 5.6.2.4 Luvas adequadas ao serviço mecânico pesado, também com CA vigente.

5.6.3 As peças devem ser confeccionadas com materiais resistentes a abrasão, óleo e calor, observando parâmetros mínimos como:

- 5.6.3.1 Tecido (preferencialmente 100% algodão ou composição antichama inerente) o com gramatura mínima de 240 g/m²; e
- 5.6.3.2 Costuras duplas ou reforçada e faixas refletivas com certificação de retrorefletância.

5.6.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser adequados à variação corporal, garantindo conforto e segurança.

5.6.5. Os uniformes e os EPIs deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato para fins de comprovação e arquivo.

5.9 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9.1. A contratada deverá realizar a entrega de todos os relatórios técnicos, medições, listas de peças instaladas e certificações aplicáveis pertinentes aos serviços executados.

5.9.2. Haverá reunião de encerramento com o fiscal para a conferência do cumprimento contratual, saneamento de pendências e validação dos testes finais.

5.9.3. A contratada deverá providenciar a desmobilização completa da área de trabalho, a retirada de equipamentos, limpeza do local e destinação final ecologicamente adequada dos resíduos remanescentes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o Contratante (órgão ou entidade) e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para uma reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste instrumento estabelecido, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10 O Fiscal Técnico do Contrato registrará, no respectivo histórico de gerenciamento, todas as ocorrências relativas à execução dos serviços, detalhando as providências necessárias para a regularização das falhas ou defeitos observados

6.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações e determinará prazo para as correções.

6.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.15.1 Verificação de conformidade dos serviços no motor de combustão principal de boreste (MCP de BE) - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine* de acordo com o manual.

a) Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva no MCP de BE - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*, verificando a correta execução das atividades de desmontagem e inspeção de cabeçotes, instalação do eixo de manivelas, análise de desgaste de cilindros e pistões, limpeza e inspeção dos trocadores de calor, inspeção do sistema de ar comprimido e da turboalimentação, bem como a realização das medições de folgas, torqueamento e assentamento dos componentes e alinhamento da linha deixo.

b) Verificar se os procedimentos inerentes à manutenção corretiva extraordinária estão sendo executados em estrita conformidade com o manual do MCP de BE - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*, aplicando-se os parâmetros e tolerâncias de uma revisão geral (*Heavy Overhaul*) para a reabilitação do motor e a substituição do eixo de manivelas, independentemente do atual horímetro do equipamento.

c) Conferir, previamente à instalação, os certificados de origem, laudos de qualidade ou de Sociedade Classificadora referentes ao eixo de manivelas novo e aos demais sobressalentes de aplicação crítica, atestando a sua genuinidade e conformidade técnica.

d)Fiscalizar a realização das análises dos fluidos operacionais, especialmente óleo lubrificante e fluido de arrefecimento, avaliando os relatórios de contaminação, presença de partículas metálicas e parâmetros físico-químicos apresentados em laudo laboratorial.

e) Acompanhar os testes operacionais dos diversos sistemas do MCP de BE - *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*, abrangendo as bombas de óleo lubrificante e de água, o sistema de injeção completo e suas linhas de combustível e o turbocompressor. A fiscalização validará, ainda, o funcionamento dos sistemas pneumáticos, elétricos e eletrônicos,

exigindo-se a aferição do regulador de velocidade e o teste rigoroso dos alarmes, intertravamentos de segurança (*interlocks*) e desarmes automáticos, além de todos os demais sistemas ou componentes essenciais à operação segura do motor.

e) Verificar a execução dos ajustes e sincronismos necessários ao correto funcionamento do equipamento, incluindo a regulação de válvulas, o sincronismo das bombas, a medição de deflexão do eixo de manivelas (mediante apresentação dos seus respectivos laudos) e o rigoroso alinhamento do motor com a engrenagem redutora, a linha de eixo e a hélice.

g) Fiscalizar com rigor técnico o alinhamento a laser entre o MCP BE, a engrenagem redutora e a linha de eixo propulsora, exigindo a apresentação dos laudos de deflexão do eixo de manivelas e do acoplamento, garantindo que as reações de apoio estejam dentro dos limites nominais para evitar esforços fletores no novo eixo.

h) Registrar os resultados dos testes de funcionamento no cais e no mar, observando parâmetros como rotação (rpm), temperatura, pressão, níveis de vibração, incluindo o acompanhamento térmico e vibracional dos mancais da linha de eixo, assegurando a estabilidade operacional do sistema propulsivo.

g) Exigir a apresentação de Relatório Técnico detalhado contendo as medições realizadas, a relação das peças substituídas, certificado de garantias e as recomendações técnicas para a operação segura do motor.

6.15.2. Procedimentos Comuns Aplicáveis a Qualquer Motor

a) Conferir se todos os serviços executados estão em conformidade com o Plano de Manutenção aprovado, com as normas da Autoridade Marítima e com as melhores práticas de engenharia naval.

b) Verificar a correta destinação dos resíduos oleosos e das peças substituídas, exigindo a apresentação dos manifestos ambientais correspondentes. O fiscal deverá assegurar, contudo, que peças patrimoniadas sejam formalmente devolvidos à Administração;

c) Acompanhar a mobilização e desmobilização da equipe técnica, observando o uso adequado de EPIs e a adoção de medidas de prevenção contra poluição na praça de máquinas e no mar.

d) Registrar, por meio fotográfico e documental, as etapas relevantes dos serviços realizados, de forma a subsidiar e instruir os autos do processo de fiscalização.

e) Conferir a utilização de ferramental adequado e devidamente aferido, incluindo torquímetros, relógios comparadores, medidores de folga e instrumentos destinados à inspeção visual.

f) Analisar se as peças aplicadas (fornecidas pela contratada) são novas, compatíveis com o equipamento, devidamente certificadas e acompanhadas da respectiva nota fiscal e/ou certificados de origem.

g) Comunicar imediatamente qualquer indício de irregularidade técnica ou operacional, tais como montagem inadequada, vibração anormal, superaquecimento, queda de pressão de óleo, ruídos fora do padrão ou vazamentos de óleo, água ou combustível.

h) Autorizar a aprovação do serviço somente após a realização dos testes necessários, incluindo testes de cais e de mar, verificação da estabilidade dos parâmetros operacionais, constatação da ausência de vazamentos ou anomalias e entrega de toda a documentação técnica correspondente.

i) Recomendar a paralisação imediata dos serviços sempre que for identificada qualquer condição que represente risco à segurança da tripulação, da praça de máquinas ou à integridade do equipamento.

6.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18 A jornada de trabalho da equipe técnica deverá observar a legislação vigente e será organizada de modo a não prejudicar a operação do navio, devendo ser compatível com as janelas operativas autorizadas pelo Comando e pelos responsáveis pela segurança da praça de máquinas.

6.19 Os serviços em áreas críticas — como praça de máquinas, casa de bombas, compartimentos confinados e áreas adjacentes ao motor *B&W Man Ruston 6RKCM Engine* — somente poderão ocorrer mediante autorização expressa do fiscal técnico ou do Encarregado da Divisão de Máquinas, devendo a contratada observar rigorosamente as exigências da NR-33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados) e demais normas de segurança do trabalho aplicáveis.

Fiscalização Administrativa

6.20 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.21 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21 Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 Receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1 Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.21.8.2 À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação do desempenho da contratada será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) apensado a este documento. Para o cômputo da qualidade e o ateste dos serviços, a fiscalização verificará se os procedimentos executados obedeceram fielmente às diretrizes, folgas e etapas de Revisão Geral (*Heavy Overhaul*) e da instalação do eixo de manivelas descritas no manual técnico do motor *B&W Man Ruston 6RKCM Engine*.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 Não produziu os resultados acordados;

7.2.2 Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; e

7.2.3 Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **90 dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de testes dos motores no cais e no mar, etapas indispensáveis para a validação da revisão geral e do comportamento dinâmico do novo eixo de manivelas.

7.10 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes operacionais e de comissionamento (incluindo a defletometria do novo eixo de manivelas, testes de cais e provas de mar) e à entrega dos laudos técnicos de medição, relatórios de serviços e Manuais/Instruções exigíveis.

7.16 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e

7.28.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,5% de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/02/2026.

7.40 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante. Especialmente, no que tange a eventuais avarias provocadas ao eixo de manivelas (fornecido pela Administração Naval), ao próprio motor *B&W Man Ruston 6RKCM Engine* ou a outras instalações e equipamentos do navio em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência durante a execução dos serviços.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.4 Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)

9.4.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.14 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.15 Ato de autorização para o exercício da atividade de Engenheiro ou Técnico Industrial, expedido por Conselho Regional de Engenharia - CREA ou por Conselho Regional dos Técnico Industriais - CFT, em plena validade, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.194, de 24 de novembro de 1966 e art. 12 da Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968; e

9.16 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.25 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.26 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.27 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.28 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo** de 5% (cinco por cento) do **valor total estimado da parcela pertinente**
- 9.29 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.30 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.31 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.32 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.33 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.33.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.34 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Federal dos Técnico Industriais – CFT, em plena validade;

9.34.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins de comprovação da similaridade, o atestado deverá demonstrar, inequivocamente, a execução de serviços de manutenção, revisão geral (*Heavy Overhaul*) ou reparo em motores a diesel marítimos de grande porte, contemplando intervenções em conjunto móvel, substituição de eixo de manivelas ou alinhamento de propulsão naval.

9.35.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.38 Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, Certidão de Acervo Técnico (CAT), também abaixo indicado(s):

9.38.1 Para o Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Naval: serviços de manutenção em motores diesel navais, conforme a complexidade descrita no objeto, envolvendo desmontagem de bloco, alinhamento e intervenções em eixo de manivelas.

9.38.2. Para o Técnico Mecânico, Técnico em Mecânica/Manutenção Industrial ou Técnico em Construção Naval: serviços de manutenção em motores diesel navais, conforme a complexidade descrita no objeto.

9.38.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.39 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.40 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.41 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.46 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.46.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.46.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.46.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.46.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.6.1 ata de fundação;

9.46.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.46.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.46.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.46.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que constitui o valor máximo aceitável para a execução dos serviços especializados de revisão geral (*Heavy Overhaul*) do motor de combustão principal de boreste *B&W Man Ruston 6RKCM Engine* no valor de R\$ 1.792.000,00 com instalação do eixo de manivelas, conforme custos unitários previstos nas tabelas constante no item 1.1, elaborada a partir de parâmetros técnicos, valores de mercado e serviços similares recentemente contratados pela Administração.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 785107;

II) Fonte de recursos: 1063000000;

III) Programa de trabalho: 236855;

IV) Elemento de despesa: 339039; e

V) Plano interno: P.3DR.BT.0.Z.2.KX.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio Grande-RS, na data da assinatura.

13. ANEXO I

Não se aplica.

14. ANEXO II

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIEL MATHEUS DO ESPIRITO SANTO

Membro da comissão de contratação

MATHEUS ANDRE DA ROCHA

Membro da comissão de contratação

ERICK DOS ANJOS ARCOVERDE

Autoridade competente